

4º Encontro da Rede de Estudos Rurais

Mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político.

06 a 09 de julho de 2010

Curitiba - Paraná

GESTÃO SOCIAL DE ÁGUAS: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A EXPERIÊNCIA DO PÓLO SINDICAL DA BORBOREMA (PB) E ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO SINDICAL (PR)¹

*Miguel Ângelo Perondi²; Marc Piraux³; Ghislaine Duque⁴; Norma Kiyota⁵;
Paulo Cesar O. Diniz⁶; Sidemar Presotto Nunes⁷.*

Grupo de Trabalho

GT 09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado.

1. INTRODUÇÃO

No mundo, o aumento da população e do consumo da água e seu acesso desigual fazem com que a gestão da água se torne um dos maiores desafios da humanidade. A resposta a esse desafio ainda é diversa e, muitas vezes, origina intervenções públicas que privilegiaram grandes obras hidráulicas que procuram, em vão, transformar a realidade.

Para o Nordeste a percepção da falta d'água iniciou nos anos 1980 um movimento social pela convivência com o semiárido, pressupondo a gestão descentralizada dos recursos, autonomia, participação e controle das políticas públicas. Assim, começou a ser elaborado em 1999 o Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – o PIMC, com o objetivo de mobilizar atores

1 Este trabalho procura contribuir com o Projeto de Pesquisa IPODE – Sementes e Brotos da Transição, Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil (SCHNEIDER, 2008).

2 Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus de Pato Branco. Agrônomo e Doutor em Desenvolvimento Rural. Via do Conhecimento, Km 1, CEP 85503-390, Pato Branco – PR. Fone: (46) 3220-2511. Site: www.pb.cefetpr.br E-mail: perondi@utfpr.edu.br

3 Professor visitante da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGCS) e pesquisador do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD). Agrônomo e Doutor em Agro-economia. Av. Aprígio Veloso, 882 Bodocongó Campina Grande – PB CEP 58109-970. E-mail: marcpiraux@uol.com.br

4 Professora colaboradora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGCS). Doutora em sociologia, pesquisadora do CNPq. E-mail: ghduque@uol.com.br

5 Pesquisadora da Área de Socioeconomia do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) – Unidade Regional de Pesquisa Sudoeste/Pólo Pato Branco. Engenheira Agrônoma, Doutora em Desenvolvimento Rural. BR 158, 5517, Caixa Postal 510, CEP 85501-970. Pato Branco – PR. Fone: (46) 3213-1140. Site: www.iapar.br E-mail: normak@iapar.br

6 Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/DED) e pesquisador do CNPq. Doutor em Sociologia. E-mail: p.diniz@uol.com.br

7 Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus de Dois Vizinhos. Agrônomo e Mestre em Sociologia. Estrada para Boa Esperança, Km 04, CEP 85660-000, Dois Vizinhos – PR. Fone: (46) 3536-8900. Site: <http://www.dv.utfpr.edu.br> E-mail: sidemarnunes@hotmail.com

sociais e institucionais do semiárido brasileiro, especialmente rural, para estratégias de convivência com a seca (iniciando, no caso, com a construção de cisternas recolhendo a água dos telhados). Particularmente, na Paraíba importa saber que depois de uma fase de mobilização, construção e experimentação do programa, somente a partir de 2003 é que o Pólo Sindical da Borborema e suas associações de agricultores familiares se instalaram como unidades gestoras para coordenar a execução do programa P1MC na região.

No Sul, a partir da estiagem de 2004 a Associação do Centro de Educação Sindical (ACESI) procurou apoio num edital da Petrobras Ambiental e fez chegar aos sindicatos dos trabalhadores rurais da região Sudoeste do Paraná um projeto de resgate das minas naturais de água como forma de preservar a produção de água nos estabelecimentos rurais. Tal iniciativa promoveu uma série de medidas de preservação ambiental dos cursos e fontes d'água potável para o consumo sustentável no estabelecimento rural e contribuiu para despertar a consciência sobre o papel da água na qualidade de vida das famílias.

Assim, este artigo procura analisar comparativamente a experiência desenvolvida pelo Pólo Sindical da Borborema na Paraíba e a da ACESI no Território Sudoeste do Paraná. Mais precisamente, pretende-se analisar o processo de inovação da gestão descentralizada, incluindo também a trajetória da participação e da atuação dos sindicatos na construção e implementação de uma política pública, como no caso do Nordeste, e na reivindicação desta no caso do Sul. Mas também, analisar as práticas e os processos coletivos de experimentação e ajustes das propostas técnicas e de organização social e política, que permitiram uma apropriação pelos movimentos sociais desses modelos de gestão da água. Assim, buscar-se-á compreender os fatores que influenciam a capacidade de inovação e entender os impactos dessas inovações nos sistemas de produção, no funcionamento dos dispositivos de governança e nos processos de aprendizagem, que consideramos fundamental. A nossa hipótese é que os processos de inovação e as formas de organização que se apóiam conhecem trajetórias de inovação semelhantes, mais momentos diferenciados. No Sul, é o momento da experimentação social: eles constituem “sementes e brotos” de um novo modo de organização sócio-técnico na gestão social da água; no Nordeste, já é uma experiência consolidada, o momento da experimentação institucional. Para tanto, num primeiro momento esse artigo descreve como ocorre o uso das águas nas diferentes regiões, caracteriza as práticas e os mecanismos de inovação sócio-técnica dos agricultores, bem como a trajetória da inovação e suas dificuldades. Num segundo momento, analisa a influência dos dispositivos coletivos e os efeitos nos processos de diversificação das economias locais.

2. O PROBLEMA COMUM DE ACESSO À ÁGUA

As duas experiências ocorrem da dificuldade das famílias no acesso à água em condições adequadas para o consumo. No Nordeste a dificuldade de acesso à água se evidencia nas estiagens quando as famílias recorrem aos açudes e barreiros para apanhar água diariamente. Um trabalho, geralmente feito pelas mulheres, que buscam água com baldes, várias vezes ao dia, despendendo tempo para obter uma água de baixa qualidade. Quando a estiagem se prolonga e os barreiros e açudes secam, a estiagem se transforma numa “seca”. A situação de “calamidade pública” é declarada e as autoridades organizam a distribuição de água por carro-pipa para os “flagelados da seca”. Então, formam-se filas de mulheres com seus baldes na beira da estrada, esperando pela distribuição de uma água. Essa política assistencialista e secular alimenta o clientelismo, preservando, o poder dos “coronéis”. E no Agreste, apesar de ser uma região com melhores chuvas que o Sertão da

Paraíba, no período de seca a água também se torna escassa devido a maior pressão demográfica e o menor tamanho das propriedades. Assim, com a população estava cansada de uma situação que se prolongava de seca em seca, à qual o governo respondia com medidas de caráter emergencial de “combate à seca”, os agricultores organizados passaram a contestá-las com um novo paradigma de “conviver com o semi-árido” numa Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA –a qual inclui o movimento dos sindicatos e entidades que integram o Pólo Sindical de Borborema.

No caso do Sul, o tema da água aparece na agenda das organizações apenas na última década, quando a situação de chuvas irregulares em anos atípicos passou a ser recorrente e causou escassez de água para as criações e o consumo humano. Ao mesmo tempo que diminuía a vazão de água das fontes crescia o número de poços artesianos, geralmente, justificada na estiagem. Entretanto, a precipitação da região não tem se alterado significativamente nos últimos anos, mas sim um crescimento da produção agrícola que passou a demandar por um volume maior de água nos estabelecimentos.

Segundo o IBGE (2008), entre 1996 e 2006, houve um crescimento de 132% do leite na região, 243% de aves e 429% de ovos. Um crescimento maior que a média estadual e nacional, elevando a participação da região na produção estadual e nacional⁸. Neste contínuo crescimento da produção agropecuária, pode-se afirmar que a crise de abastecimento de água nos estabelecimentos decorre mais do aumento da demanda de água e da degradação do meio ambiente que de uma improvável diminuição média da precipitação pluviométrica anual, situação esta que é agravada com a prospecção indiscriminada e insustentável dos poços artesianos pela região. Assim, numa região com mais de 50 mil estabelecimentos rurais e sendo 88% agricultores familiares numa área média de 20 hectares (IBGE, 2009), existe a grande probabilidade que cada uma dessas pequenas propriedades possua, no mínimo, uma mina d’água por estabelecimento rural. Assim, desde 2005, os sindicatos de trabalhadores rurais da região, organizados em torno da ACESI, mantém o projeto “Água e Qualidade de Vida”, responsável pela preservação mais de duas mil minas de água com solo cimento, replantio de mais de dois milhões de mudas nativas no entorno das minas, beneficiando mais de quatro mil famílias rurais.

3. A INOVAÇÃO SÓCIO-TÉCNICA

Percebe-se assim, que o processo de gestão social da água aparece focado como a grande novidade. Algo construído de forma diferente e específico para cada um dos casos, em diferentes estágios de desenvolvimento, entretanto, uma experiência social que percorre uma trajetória de realização e conquista popular e política muito similar.

No caso de Borborema, o Pólo Sindical encontrou uma base social consolidada para a gestão do programa PIMC na região. A construção das cisternas implica diagnósticos participativos nas comunidades, visando selecionar as famílias que serão beneficiadas prioritariamente, a organização de treinamentos de pedreiros de cisternas, a organização dos grupos para cavar o buraco onde cada cisterna será instalada, a compra do material, e na organização dos fundos rotativos solidários para financiar o material necessário e eventualmente a mão de obra dos pedreiros. Um sistema de crédito, proposto inicialmente apenas para multiplicar recursos, acabou se revelando um instrumento poderoso de organização e responsabilização das comunidades.

⁸ A região atrai indústrias de leite em pó como a CONFEPAR, interessada na conjunção de oferta de leite a pasto e mão de obra familiar, resultando no que Ploeg (2006) chama de agricultura de pouco insumo externo.

A cisterna de placas, como ficou batizada a novidade, tem formato cilíndrico, geralmente fica semi-enterradas e é construída com placas de cimento pré-moldadas, curvadas, que servem tanto para fazer o tanque que armazena água, quanto a cobertura da cisterna. E a intenção é captar a água da chuva que cai no telhado das casas no período do “inverno”, por meio de uma calha que recolhe a água e a armazena na cisterna para ser usada pela família nos meses de “verão”.

Esse processo de descentralização para a construção de cisternas, descendo do Pólo até as comunidades, também fazia o percurso de volta. Ou seja, as ações do PIMC, como as cisternas, a capacitação em recursos hídricos, o diagnóstico da comunidade, a formação de pedreiros e outras atividades, eram replanejadas e redefinidas nas comunidades e nos municípios, e levadas, muitas vezes, até o âmbito regional e estadual.

No Sudoeste do Paraná, o Projeto Água e Qualidade de Vida buscou melhorar a disponibilidade e qualidade da água de fontes nos estabelecimentos rurais. A idéia consiste em obter água de boa qualidade em fontes protegidas com solo-cimento e recuperar a mata nativa do entorno. Um método simples de proteção que já havia sido introduzido na região pela Emater nos anos 1980, entretanto, agora com a novidade de ter na água o tema gerador do debate sobre a qualidade de vida das famílias rurais. Do ponto de vista metodológico a organização faz um diagnóstico socioeconômico das famílias interessadas e com base num histórico da mina de água se fundamenta uma proposta de preservação, definindo a estrutura do solo cimento e a área a ser preservada. Bem como, responsabiliza a família a disponibilizar materiais para o serviço de limpeza e proteção de solo cimento na mina de água e o isolamento da área de preservação permanente com mudas nativas.

Além disso, a família beneficiada pelo projeto dedica ainda dois dias de estudo sobre os objetivos e métodos do projeto em atividades articuladas pelos monitores locais, durante o processo de preservação da mina. Assim, apesar de ser recente, quando comparado ao PIMC, o projeto “Água e Qualidade de Vida” já apresenta algumas inovações sócio-técnicas que permitem ampliá-lo, não só no número de fontes protegidas ou de mudas plantadas, mas, na percepção dos agricultores sobre a fragilidade do meio ambiente em que eles vivem e seu papel transformador.

4. A CONSTRUÇÃO DOS DISPOSITIVOS COLETIVOS DOS PROJETOS

A percepção dos atores que atuam nas entidades dos agricultores familiares sobre o tema da água segue uma trajetória de descoberta a medida que cresce a insatisfação como o poder público tratava a questão ambiental. Em ambos os casos o tema da água se torna o foco que agrega as famílias para o debate da qualidade de vida rural.

No caso da Borborema, dois momentos vão caracterizar o surgimento do Pólo Sindical. Primeiro, quando num contexto conflituoso na região em 1996 os agricultores começaram a se organizar de forma autônoma e lutar por um espaço de comercialização dos seus produtos na empresa paraibana de abastecimento (EMPASA). O segundo momento foi quando o Polo Sindical se constituiu numa unidade gestora do PIMC na Paraíba, a partir de 2003. Neste caso, os financiamentos oficiais permitiram a contratação de pessoas e a aquisição de veículos e computadores, além de fomentar o uso de um sistema gerencial chamado SIGA (Sistema de Informação, Gestão e Auditoria), que permitiu acompanhar de forma *on line* cada passo realizado⁹. Assim, a qualquer hora,

9 Cada família beneficiada é identificada pelo CPF do responsável, cada cisterna é numerada e localização

gestores e financiadores podiam acessar o progresso do programa em qualquer local.

No caso do Sudoeste do Paraná, a idéia de busca de qualidade de vida passou a ganhar importância no movimento sindical a partir de duas ações principais: habitação rural e meio ambiente. Ações que dão visibilidade aos sindicatos e ampliam sua base social. A busca da qualidade de vida promove a inserção de outros assuntos na agenda dos agricultores, como: auto-consumo, reserva permanente e uso dos recursos naturais, etc.

O sindicalismo na região constituiu-se em 1964 com apoio oficial do Estado numa assistência a saúde e previdência. Este sindicalismo assistencialista perdurou até 1978, quando um grupo de oposição ganhou a eleição sindical no município de Francisco Beltrão tendo como proposta a rediscussão do processo organizativo e produtivo. Durante a década de 1980 esse novo sindicalismo se expandiu pelo território, consolidando um movimento sindical de representação dos agricultores em diferentes instâncias políticas¹⁰.

A luta pelo direito ao crédito com o Grito da Terra caracterizou este movimento sindical nos anos 1990, sendo que nos anos 2000 iniciou a luta pela melhoria da qualidade de vida expressa por uma política habitacional e pela conservação e recuperação do meio ambiente, focos que passaram a fundamentar o movimento sindical do Sudoeste do Paraná.

5. EFEITO LOCAL DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA RURAL

Em ambos os casos, havia crise de abastecimento de água e a inovação introduzida visava preservar os recursos hídricos naturais: no Sudoeste do Paraná, com água brotando do chão e na região do Pólo, com a água da chuva caindo nos telhados. Porém, embora esse objetivo se desse em contextos diferentes, nas duas situações, há a carência de água: no semi-árido nordestino pela fraca pluviosidade e sua irregularidade e no Paraná em decorrência da multiplicação de poços artesianos que estão esgotando o lençol freático. A recuperação das minas naturais no Paraná e a construção de cisternas para armazenar a água de chuva na Paraíba são as inovações introduzidas para resolver o problema. O que mais diferencia os dois casos, talvez, seja a experiência ser mais recente no Paraná e mais antiga na Paraíba, o que permitiu o acompanhamento de um processo em que já houve a solução de problemas que geraram novos desafios.

No Nordeste, de junho de 2003 a início de fevereiro de 2010 foram construídas nos municípios articulados pelo Pólo Sindical 4.784 cisternas, representando quase cinco mil famílias atendidas, sob a gestão, sucessivamente, da AS-PTA e depois do Pólo. Isso sem contar umas 400 cisternas da etapa preliminar do P1MC (“Transição”) construídas sob a coordenação do PATAC. Portanto, são mais de 5.000 cisternas construídas, fornecendo água de qualidade a aproximadamente 25.000 pessoas (SIGA, 2010).

No caso do Sul, as duas edições do projeto, de janeiro de 2005 a dezembro de 2009 resultou na preservação de 2.066 fontes de água, sendo 1.200 na primeira etapa e 866 na segunda, ações que melhoraram a qualidade de vida para um conjunto de mais de quatro mil famílias. Neste último, foi interessante perceber o quanto a sinergia de parcerias pôde potencializar e ampliar as metas de um projeto (ACESI, 2009).

por GPS (Sistema de Posicionamento Global). Uma forma de gestão que exigiu um treinamento cuidadoso das equipes, pois a falta de habilidade no uso do GPS já registrou uma cisterna no meio do Atlântico.

10 O processo ocorrido na região Sudoeste do Paraná é muito semelhante ao relatado por Navarro (1996) e Schmitt (1996) em relação ao movimento sindical dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul.

De forma comparada poderíamos afirmar que em ambos os casos ocorreram efeitos ambientais positivos. No Sudoeste do Paraná, o Projeto “Água e Qualidade de vida” multiplicou a proteção das fontes, incentivou a recuperação das matas ciliares, chamou a atenção dos agricultores sobre os problemas trazidos pelos agrotóxicos, etc. No caso da Paraíba, o armazenamento da água de chuva proporcionou melhoramentos técnicos e um processo educativo sobre a importância da salubridade da água para a saúde e sobre os meios de assegurá-la e ensinando como cuidar da água.

A lição comum tirada dessas experiências é que as soluções técnicas só têm chance de serem adotadas se houver um processo educativo demonstrando sua importância para a saúde/qualidade de vida dos utilizadores e ensinando as formas de aplicar essas soluções.

No que se refere à utilização da água para produção, o Paraná levanta a questão do tamanho reduzido das propriedades, evocada como um limite fundamental. A mesma deficiência proveniente da estrutura fundiária também existe na região do Pólo na Paraíba, onde o tamanho médio das propriedades é inferior ainda ao do Sudoeste Paranaense, tema que deve ser articulado, nos debates, com o de uma necessária reforma agrária. Neste ponto, a articulação política está intimamente ligada ao problema da gestão da água. Na Paraíba, a questão da produção deu origem ao P1+2 (Uma Terra e Duas Águas, etapa seguinte ao P1MC) que, além de levantar a questão da reforma agrária, trata também do “trato” da terra – ou seja da transição agroecológica – e do armazenamento da água com outras tecnologias adaptadas ao uso da água para produção.

O Paraná demonstra ainda preocupação pela dificuldade que encontrou em fazer parcerias para ampliar o campo de aplicação da proteção das minas. Trata-se de um processo político de união das forças, indispensável sobretudo para fortalecer os atores dos projetos. Na Paraíba, a criação de uma rede de parceiros já tinha iniciado no Pólo antes da divulgação das cisternas, o que certamente foi um fator importante de sucesso.

Outra lição importante tirada dessas experiências foi perceber o surgimento de um “tema mobilizador”, provocando ações políticas: em ambos casos, encontros regionais mobilizando um número crescente de participantes em audiências públicas, encontros e visitas de intercâmbios, que ultrapassaram amplamente o âmbito dos projetos resultando em reivindicações políticas. E quando essas reivindicações se transformam em política pública de um programa assumido pelo governo, a principal dificuldade diz respeito às normas de funcionamento e de controle dos recursos de projetos oficiais. Uma dificuldade típica da gestão de recursos públicos para pequenas obras, que na experiência do Pólo Sindical oferece duas lições importantes: de um lado, a possibilidade de ampliar de forma exponencial uma proposta elaborada e experimentada num nível local, quando seu sucesso e sua boa administração fizeram dela um modelo tão convincente que foi adotado como programa de governo. Este que é todo o desejo dos sindicatos do Paraná. Porém, de outro lado, as várias dificuldades de execução de um projeto em grande escala administrado com recursos públicos, incluindo a perda de autoria do programa, uma vez que o P1MC não é mais do Pólo, mas do governo. O que importa é verificar os efeitos positivos para um número crescente de famílias, sem deixar de vigiar e eventualmente denunciar seu uso clientelista ou eleitoreiro.

Em resumo, apesar dos obstáculos, que foram vencidos, os efeitos positivos dos dispositivos de gestão da água estudados são bem mais importantes que as dificuldades.

6. CONCLUSÕES

O programa PIMC para auxiliar a convivência com o semi-árido reflete uma ação concreta e integradora – a construção de cisternas de placas articulando atores sociais e o Estado no fortalecimento de estratégias de convivência no semiárido. No caso do Sul o projeto “Água e Qualidade de Vida” - financiado pelo programa Petrobrás Ambiental - reflete uma reação aos impactos de um sistema de produção em crescente processo de intensificação produtiva. Nos dois casos se destaca o peso das crises que conduziram à busca de mudanças. No Nordeste, as iniciativas partiram da dificuldade de acesso à água e da descontinuidade de políticas públicas de abastecimento. No Sul, foram a poluição e a falta de água que levaram os atores a buscar por uma alternativa mais sustentável de vida.

Pode-se destacar que a novidade no caso do Sul e do Nordeste está em empregar o trabalho da comunidade e da organização sindical para empreender uma solução imediata ao problema crônico da falta de água, seja protegendo as fontes no Sul ou construindo cisternas de placas no Nordeste, vale ressaltar que as soluções têm sido eficientes com relação aos problemas encontrados pelas pessoas nos períodos de crise. Esta vontade de resolver um problema, a partir de uma crise, acabou por ressignificar a água para estas famílias e organizações, pois, mudou o paradigma de desenvolvimento para conviver com seca, tendo a água como o tema gerador de mobilização social, sendo a gestão e execução do projeto realizados pelos agricultores familiares. Esse tema foi uma importante inovação observada no papel do projeto do desenvolvimento local, no fato de transformar a fonte de água num tema gerador de debate e de compreensão do papel da unidade de produção agrícola como uma unidade também produtora de água potável.

A sociedade civil foi assim capaz de propor um novo modelo de desenvolvimento baseado, no Nordeste, no princípio da convivência com o semiárido (institucionalizando-se de fato novas práticas locais). No Sul, procurou se contrapor ao processo de mercantilização do sistema produtivo, intensificação da produção e uso insustentável dos recursos ao ponto de não permitir a presença de áreas de preservação permanente e reserva legal, o que se reflete na escassez do suprimento da água das fontes superficiais.

Partindo de crises, conseguindo uma ressignificação da temática da água e a busca por alternativas de desenvolvimento e do próprio paradigma do desenvolvimento, descobre-se a necessidade de uma experimentação local e de ajustes para permitir a adaptação das técnicas à diversidade local. Da prática veio a aprendizagem, e esta permitiu a apropriação que uniu a inovação técnica (cisternas, proteção das fontes) e organizacional (gestão descentralizada). A partir disto houve então a necessidade de construir dispositivos para permitir esses processos e a necessidade de uma experimentação institucional.

Por exemplo, no Nordeste, a inovação técnica foi acompanhada de inovações sociais (os fundos rotativos), organizacionais (nas comunidades, municípios e região) e institucionais (regras a construir para respeitar as normas do programa). Isto foi possível, sobretudo a partir da aprendizagem constantemente gerada e processada no programa. Para isso, o público-alvo precisa de tempo, da internalização da confiança no processo (educacional, experimental) necessário à apropriação dos mecanismos tecnológico e organizacional e não unicamente dos resultados do programa (a construção das cisternas). De fato, se fosse este último parâmetro a orientar o programa, teria sido mais fácil de trabalhar diretamente com empresas privadas encarregadas da construção das cisternas. Essa conquista da autonomia das comunidades, provavelmente, talvez seja a maior garantia da sustentabilidade do processo em curso. Finalmente, a elaboração dos programas foi seguida de sua aplicação por etapas, prevendo avaliações e correções sucessivas, antes de lançar uma ação de maior amplitude.

É importante observar que o projeto Água e Qualidade de Vida também conseguiu responder à necessidade dos agricultores em sua dificuldade de acesso à água, frente à impossível solução dos poços artesianos para todos. Assim, uma solução mais em conta e com uma atitude coletiva, protagonista e de responsabilização foi a recuperação das fontes de água superficiais. Tal inovação produziu resultados para além do acesso à água potável, permitiu formar agentes comunitários e ter incutido nas famílias beneficiadas a compreensão da necessidade de transformar o modelo de produção e consumo para um modo mais sustentável e responsável de se viver.

Neste processo de busca de autonomia e de implementação de processos de aprendizagem, o papel dos mediadores (ONG's e técnicos do programa) é fundamental para fortalecer os processos de aprendizagem, no sentido de desenvolver capacidades e competências locais, sendo importante formar os técnicos nesta “cultura”.

Se a trajetória parece semelhante, distingue-se, portanto, momentos diferenciados para o Nordeste e Sul. Observa-se, no primeiro, um projeto já implementado de uma política pública (o P1MC) que nasce dos projetos locais de valorização dos recursos locais (a água em cada propriedade), e no Sul, a realidade de um projeto que valoriza as experiências locais e inicia uma reflexão sobre as políticas públicas.

Portanto no Nordeste ocorre uma experimentação institucional, uma experiência já consolidada; mais que sementes, são brotos que já orientam políticas públicas reconhecidas (P1MC, P.1+2). Entretanto, no Sul, o momento ainda é o da experimentação social, o momento da semente. Se é verdade que é difícil separar esses diversos aspectos, todos interdependentes, não resta dúvida que os processos políticos, que talvez não fossem o objetivo inicial, tornaram-se o resultado mais transformador de ambas experiências.

Com relação ao projeto IPODE, podemos perceber nestas experiências a relação importante entre a inovação (experimentação técnica, social e institucional que os agricultores são capazes de se apropriar das novidades) e a capacidade de renovação dos modelos de desenvolvimento tradicionais, mudando assim as relações de poder ao nível local (independência das oligarquias) e regional (governança da política pública). Assim, a sociedade civil, através de luta profunda, ganha autonomia e se torna capaz de propor novas políticas públicas específicas. É importante ressaltar aqui a inovação no campo político, mais fundamentalmente a intenção de estabelecer processos pedagógicos e de “experimentação”. Ou seja, não adiantava apenas propor algo “novo” para intervenção pública e deixar ao governo sua execução. Agora era uma ação coletiva que queria também ser protagonista na execução e implementação de ações e programas públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACESI – Associação do Centro de Educação Sindical. Publicação única do Projeto “ÁGUA E QUALIDADE DE VIDA”. Francisco Beltrão: ACESI, 2009.
- ASA - Articulação do Semiárido. *Programa de Formação Social e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas – P1MC*. Recife. 2ªed. 2002.
- ASA - Articulação do Semi-Árido. *Programa de Formação Social e Mobilização para a Convivência com o Semi-Árido: Uma Terra e Duas Águas – P1+2*. Recife, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2008.
- PAES-SOUSA, Rômulo e VAITSMAN, Jeni (org.): *Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS*, Brasília: MDS/Secretaria de avaliação e gestão da informação,

2007 (A pesquisa foi realizada em 2005-2006)

SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Z. (org). *Política, Protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Editora da Universidade/ UFRGS, Porto Alegre, 1996.

SCHNEIDER, S. *IPODE - 'Sementes e Brotos' da Transição, Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil*. Projeto de Pesquisa Científica e Tecnológica do CNPq. Edital Universal MCT/CNPq. 15/2007. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F.H.J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J.S.C. On Regimes, Novelty, Niches and Co-Production. In: PLOEG, J. D. van der and WISKERKE, J. S. C. (Eds.) *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Royal Van Gorcum, pp. 01-28, 356p. 2004.

PLOEG, J. D. van der, O modo de produção camponês revisitado. In. SCHNEIDER, Sérgio. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFGRS, 2006.